



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Um lugar ao sol: paisagens em disputa na APA de Maricá/RJ

Ana Claudia Nunes Alves

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFF
Docente EBTT de Arquitetura no IFF-Campus Avançado Maricá

Sessão Temática 04: Convergências entre Urbanização e natureza

Resumo. Maricá é um município situado na porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a aproximadamente 60km da capital, guardando relação identitária histórica com os municípios da Região da Baixada Litorânea. Sua urbanização dispersa, de baixa densidade e polinucleada é impulsionada pela melhoria nos acessos rodoviários às praias do município por pessoas que buscavam lotes mais baratos que os encontrados em Saquarema ou Cabo Frio. Apesar de ainda hoje apresentar grande estoque de lotes vazios, mesmo após o loteamento de grandes glebas a partir da década de 1940, empreendimentos voltados ao turismo de segunda residência vem, desde a década de 1970, tentando ocupar uma área de grande relevância ambiental, a APA de Maricá, onde a paisagem é objeto de desejo. A área é composta de restinga remanescente da Fazenda São Bento da Lagoa, onde vivem e resistem comunidades tradicionais de pescadores e indígenas da etnia guarani-mbyá. Aqui damos voz aos diferentes atores para compreender as paisagens dessa disputa.

Palavras-chave. Urbanização dispersa; paisagem; narrativa; Maricá.

A place in the sun: landscapes in dispute at the APA of Maricá/RJ

Abstract. Maricá is a municipality located in the eastern portion of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, approximately 60km from the capital, keeping a historical identity relationship with the municipalities of the Baixada Litorânea Region. Its sprawl, low-density and polynuclear urbanization is driven by the improvement in road access to the city's beaches by people looking for cheaper lots than those found in Saquarema or Cabo Frio. Despite still having a large stock of empty lots, even after the subdivision of large plots of land from the 1940s onwards, developments aimed at second-home tourism have, since the 1970s, been trying to occupy an area of great environmental relevance, the Maricá APA, where the landscape is an object of desire. The area is made up of restinga remaining from the São Bento da Lagoa Farm, where traditional communities of fishermen and indigenous people of the Guarani-Mbyá ethnicity live and resist. Here we give voice to the different actors to understand the landscapes of this dispute.

Keywords: Urban sprawl; landscape; narrative; Maricá.

Un lugar en el sol: paisajes en disputa en la APA de Maricá/RJ

Resumen. Maricá es un municipio ubicado en la porción este de la Región Metropolitana de Río de Janeiro, aproximadamente a 60 km de la capital, manteniendo una relación de identidad histórica con los municipios de la Región de la Baixada Litorânea. Su urbanización dispersa, de baja densidad y polinuclear está impulsada por la mejora de los accesos viales a las playas de la ciudad por parte de personas que buscan lotes más económicos que los que se encuentran en Saquarema o Cabo Frio. A pesar de contar todavía con un gran stock de solares baldíos, incluso después de la subdivisión de grandes tierras a partir de la década de 1940, los desarrollos destinados al turismo de segunda residencia intentan, desde la década de 1970, ocupar una zona de gran relevancia medioambiental, el APA de Maricá, donde el paisaje es objeto de deseo. El área está formada por remanentes de la Hacienda São Bento da Lagoa, donde viven y resisten comunidades tradicionales de pescadores e indígenas de la etnia Guarani-Mbyá. Aquí damos voz a los diferentes actores para entender los paisajes de esta disputa.

Palabras clave: Urbanización dispersa; paisaje; narrativo; Maricá.

1. Introdução

A urbanização brasileira, percebida de maneira incipiente nas capitais a partir do século XIX, apresenta incremento populacional mais significativo após a década de 1940, mas somente após a década de 1980, com a massificação do uso do automóvel e implantação de rodovias regionais há uma inversão nesses movimentos populacionais com a ocupação de áreas periféricas aos núcleos metropolitanos, motivada não só pelo baixo valor da terra, mas também pela busca de segurança e melhoria da qualidade de vida, associada à disseminação de modelos de bem viver associados ao contato com a natureza, onde Maricá possui papel de destaque.

Com área de 361,6 km², situando-se na porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e estando a aproximadamente 60 km da capital. O município está ligado, tanto a Niterói, na Região Metropolitana, quanto a Cabo Frio, na Região dos Lagos, pela Estrada Real de Maricá, inaugurada em 1816, que ainda existe em muitos trechos paralelos à RJ-106, rodovia estadual da década de 1950 que percorre o município longitudinalmente, dividindo o município no sentido norte-sul. Além destas, a RJ-102, via litorânea que segue de Maricá até Saquarema e a RJ-114, via que corta o município transversalmente, indo do litoral de Maricá, até o município de Itaboraí, onde situa-se o Pólo Gás-Lub compõem os principais acessos ao município.

Na década de 1940, após a criação da RJ-106, antiga RJ-5, Maricá estabelece relação de grande proximidade com a metrópole, iniciando-se a urbanização do município com o parcelamento do solo pelo desmembramento de fazendas e venda de terrenos para fins de habitações de veraneio, pertencendo à época à Zona da Baixada de Araruama, juntamente com os municípios de Araruama, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim.

Porém, apesar dos loteamentos, a ocupação somente se intensifica após a década de 1980, com a construção da Ponte Rio-Niterói em 1974 e a inauguração da Ponte do Boqueirão em 1977, que permitiu acesso às praias do município por pessoas que buscavam lotes mais baratos que os encontrados em Saquarema ou Cabo Frio.

Marcado por grande biodiversidade: amplo complexo lagunar composto por cinco lagoas interligadas que correspondem a cerca de 36% de seu território, maciços costeiros, escarpas montanhosas, grande quantidade de espécies nativas, além de 42 km de extensão de orla marítima voltada para o Oceano Atlântico, o município torna-se, a partir da década de 1980, muito atraente para ocupação, num primeiro momento, para fins de veraneio, tanto por suas paisagens, quanto por sua proximidade com a capital.

Mas ainda assim, são poucos os lotes ocupados nas décadas de 1980/1990. Surgem, então, grandes vazios urbanos, dando início à ocupação polinucleada e rarefeita de baixa densidade em diversos bairros, especialmente os litorâneos. Para resolver a crise econômica, a prefeitura passa a estimular a aprovação de projetos na forma de loteamentos fechados, ficando a infraestrutura a cargo dos proprietários, algo que agrava a precariedade da rede urbana e acentua a quantidade de lotes vazios.

Apesar de representar apenas 1,3% da população metropolitana, Maricá é o município da Região Metropolitana que apresenta a maior taxa de crescimento anual (2,64%), três vezes maior que a capital, que apresenta taxa de crescimento de 0,86% estimada na década de 2010-2019, segundo dados do IBGE. Essa taxa sensivelmente mais alta provavelmente está relacionada a movimentos migratórios em direção a Maricá, o que pode ser observado pela dinâmica da população residente na capital e principais municípios que fazem limite com ele, onde o incremento populacional de Maricá, principalmente entre 1990 e 2010 chama a atenção (ver figura 1).

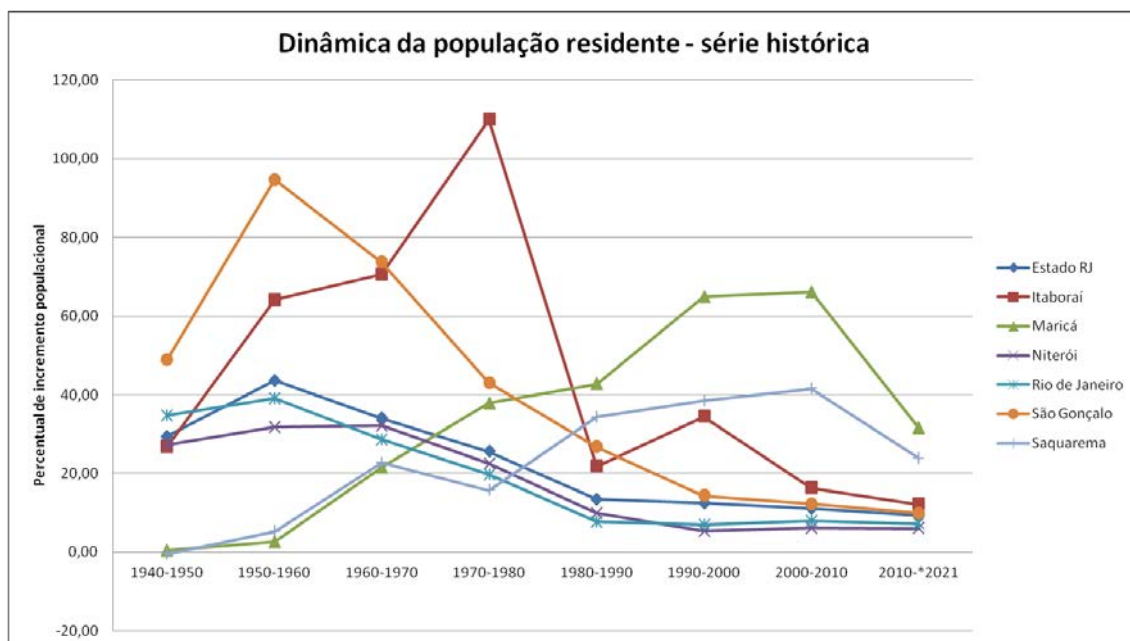


Figura 1 – Dinâmica da população residente. (fonte: elaborado pela autora a partir de dados do PRODERJ,2022).

Entre as décadas de 1990 e 2000, a função balneária de ocupação de veraneio prevalece sobre os domicílios permanentes em Maricá. A elevação do preço do solo e do mercado habitacional na capital faz com que o mercado imobiliário de Maricá se aqueça, pois neste momento, o município passa a ser atrativo para veranistas, que buscam terrenos com melhores custos que os oferecidos em outros municípios costeiros.

A partir de 2007, segundo dados do TCE, Maricá passa a receber *royalties* do petróleo na porcentagem de 1,85% por conta da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), atual Pólo Gás Lub Itaboraí, intensificando ainda mais a especulação imobiliária dos loteamentos e aumentando sua dispersão urbana, sendo o município que mais se beneficiou dos *royalties* em 2017, conforme divulgado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

As narrativas que cercam o mar e as populações que habitam a costa e suas transformações nos ajudam a compreender a paisagem do litoral e as transformações do ambiente decorrentes dessas ocupações dispersas, sejam elas temporárias ou não. As paisagens, para além do olhar, revelam “[...] a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social.” (DARDEL, 2015, p.32) Assim, a paisagem apresenta-se como manifestação sensível de determinado espaço, onde diversas escalas temporais coexistem e onde há uma relação recíproca (nem sempre pacífica) entre homem e ambiente, que Dardel (2015) chamou de geograficidade (*géographicité*).

A geograficidade do litoral maricaense é, então, esboçada através das narrativas sobre seus habitantes e os rumos da ocupação no município. Essas narrativas, cheias de contradições e conflitos, partem principalmente de dois atores sociais: as comunidades tradicionais e o mercado imobiliário, em sua multitemporalidade, onde suas narrativas em relação à natureza e à ocupação do território expressam duas éticas e estéticas em relação à paisagem: uma mais romântica e idealizada da “natureza intocada” e outra, mais racionalista, onde predominam os valores modernistas do homem-máquina e da sustentabilidade tecnológica associados ao contexto atual de Estado mínimo, com privatização das áreas de proteção ambiental e consequente gentrificação causada pelo aumento do custo de vida nas áreas modernizadas pelo mercado privado.

No presente artigo, a paisagem torna-se o elemento central da disputa pelo território hoje ocupado por uma unidade de conservação da natureza, a APA de Maricá, onde habitam indígenas da etnia

Guarani Mbyá e a comunidade tradicional de pescadores de Zacarias. Utilizando como base a legislação federal que dispõe sobre a utilização e proteção de vegetação nativa, Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, podemos caracterizar, tanto os indígenas da etnia guarani-mbyá, quanto as comunidades de pescadores que habitam as terras maricaenses como populações tradicionais, posto que vivem “[...] em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental” (BRASIL, 2006, Art 3º, § 2º), sendo elas as mais atingidas com a transformação da paisagem pelo mercado imobiliário.

A APA Maricá é uma unidade de conservação estadual criada a partir da luta de diversas entidades da sociedade civil, comunidade local e científica e instituída com o Decreto Estadual nº 7.230, de 23 de janeiro de 1984, mantendo-se, porém, a propriedade privada e cujo Plano de Manejo, criado através da Deliberação CECA/CN Nº 4.854, DE 19 de julho de 2007, em seu zoneamento permitia a ocupação em áreas de dunas e cobertas de vegetação nativa. Segundo a legislação federal de proteção de vegetação nativa, Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, a restinga constitui cordão arenosos, cujo ecossistema constitui-se de estratos herbáceos, arbustivos e, em áreas mais interiores à linha da costa, arbóreos, classificadas como áreas de preservação permanente por serem estabilizadoras de dunas e/ou mangues.

Através de seu Art.3 o Decreto 7.230/1984 proibia as atividades de parcelamento da terra para fins urbanos; desmatamento, extração de madeira e vegetação; caça; e alteração do perfil natural do terreno. Porém, o Plano Diretor Setorial da Área da Restinga de Maricá estabelecido pela Lei municipal nº 2.331, de 25 de maio de 2010, dividiu a ocupação do território em três zonas: Zona de Preservação da Vida Silvestre – ZPVS; Zona de Conservação da Vida Silvestre – ZCVS e Zona de Ocupação Controlada - ZOC, esta última permitindo a expansão de áreas urbanas, o que favorece sua degradação.

A área é composta pela restinga (Fazenda São Bento da Lagoa), Ilha Cardoso, Ponta do Fundão e o Morro do Mololó, sendo as três últimas constituídas por tabuleiros costeiros cobertos por vegetação de mata atlântica e possuem falésias esculpidas pelo mar em terrenos terciários. Em algumas áreas possui altura variável entre 2m e 5m, com trechos de vegetação típica de restinga: cactos, bromélias, espécies diversas de gramíneas e arbustos de baixo porte. Aproximando-se do mar, a vegetação fica caracterizada por um duplo cordão arenoso coberto por dunas ainda bastante preservadas que protegem a costa contra a ação erosiva do mar, tão violento neste litoral.

2. Metodologia

Iniciada em 2017, a pesquisa sobre a urbanização dispersa em Maricá buscou referenciais teóricos para distinguir o fenômeno que ocorre no município de outras localidades, ao mesmo tempo vislumbrando nas áreas litorâneas do Brasil, semelhanças em termos do impacto da implantação de grandes projetos voltados à indústria petroquímica, melhoria nas condições de acesso e apropriação da paisagem como bem de consumo para fins residenciais ou de veraneio.

Para tanto, foram coletados dados do IBGE relativos à população, densidade, uso e ocupação do solo, infraestrutura urbana, malha rodoviária e outros, percebendo os períodos de aumento da procura por lotes no município e a gradual substituição da população rural em urbana.

Com o avançar das pesquisas sobre o território, as diferentes narrativas sobre o litoral e seus habitantes foi necessária para a construção da paisagem ao longo do tempo e para delinear o que se tornou um imaginário coletivo sobre a paisagem litorânea, a comunidade pesqueira da restinga, bem como sobre as populações indígenas que por ali já passaram, atualmente representadas pela aldeia de etnia guarani-mbyá.

3. Descampados litorâneos: urbanização dispersa no litoral brasileiro

O Brasil é considerado um país com dimensões continentais, apresentando extensão territorial de cerca de 8.516.000 Km², sendo o quinto maior país do planeta. A costa brasileira, com seus 10.959

km de extensão, foi a primeira área a ser explorada pela colonização, e desde então vem passando por grandes transformações, seja pela disseminação de modos de vida urbanos em áreas antes rurais, seja pela implantação de complexos industriais de suporte à produção de petróleo e gás a partir da descoberta do pré-sal, seja pela valorização cada vez mais pungente da paisagem como elemento atrativo da ocupação.

A partir da construção e melhoria do sistema viário de acesso aos municípios e da implantação de unidades da Petrobrás, verifica-se, a partir de 2000, um incremento no mercado de terras e imobiliário nas áreas litorâneas através de loteamentos fechados, condomínios e *resorts* voltados à segunda residência. Diferente do processo de periurbanização, o que se verifica nestas localidades não é apenas um transbordamento da mancha urbana da metrópole, mas uma descontinuidade desta mancha, onde há uma grande relação de fluxos regulares cotidianos, ou seja, uma ampliação dos espaços de vida com transformações nos modos de vida e na paisagem (OJIMA, 2015).

A dinâmica do mercado imobiliário voltado a segunda residência vem sofrendo alterações e, cada vez mais, aliando-se ao capital estrangeiro do setor turístico, gerando grandes ocupações do tipo loteamento fechado, *resorts* e *flats* em áreas litorâneas, alterando significativamente as relações sociais, ambientais e territoriais dessas localidades.

Assim como em outras localidades costeiras do Brasil, como verificado nos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia no Nordeste, outros municípios costeiros do Estado do Rio de Janeiro vem sofrendo a influência da implantação de plantas industriais da Petrobrás após a descoberta do Pré-Sal. Os situados na Região Norte pela Bacia de Campos, que abrange uma área entre Vitória, no Espírito Santo e Arraial do Cabo (RJ); e os da Baixada Litorânea e Região Metropolitana sob influência da Bacia de Santos, que abrange uma área que vai de Cabo Frio (RJ) até Florianópolis, no Estado de Santa Catarina. Observa-se, nestas localidades, alterações na mancha urbana ocasionada por loteamentos fechados residenciais para fins de turismo de segunda residência situados na orla, antes ocupada por pequenos produtores rurais ou pela atividade pesqueira.

Neles se observa que a melhoria do acesso rodoviário e os novos usos da paisagem como meio de contemplação, relaxamento e lazer, atraíram a ocupação de veraneio de segunda residência. Uma tendência recente vem sendo o interesse de empresas turísticas nacionais e internacionais de grande porte em investimentos na construção de complexos hoteleiros e *Eco-resorts*, bem como a verticalização junto à orla voltada a classes alta e média.

Uma preocupação, porém, está relacionada à segregação socioespacial que estes loteamentos fechados proporcionariam, pois as comunidades locais não se integrariam com os ocupantes destes condomínios, quer pela condição social, quer pelos modos de vida metropolitanos e valores culturais diferenciados. Outra questão é a proximidade destes empreendimentos com Unidades de Conservação da Natureza, bem como o agravamento dos problemas de infraestrutura urbana que o aumento da população flutuante pode gerar, principalmente no que se refere a falta de saneamento e alagamentos.

O recebimento de *royalties* do petróleo e a expectativa de implantação desses grandes projetos urbanos da Petrobrás vêm movimentando o mercado imobiliário também em Maricá, gerando novos postos de trabalho e impactos ambientais e culturais decorrentes da ocupação em áreas antes rurais sem infraestrutura adequada, encostas, áreas alagadiças e sujeitas a escorregamentos, além da supressão de grandes áreas vegetadas, onde verifica-se pressão de agentes econômicos para flexibilização da legislação urbana e ambiental na aprovação de projetos.

Autores como Marandola Jr & Ojima (2012) e Ojima (2015) destacam a mobilidade como fator impulsionador da transformação urbana e a beleza da paisagem como principal elemento atrativo na ocupação de segunda residência para fins turísticos de praia, fenômeno verificado no litoral que vai de Maricá, na Região Metropolitana, até Cabo Frio.

Concorda-se com estes autores de que a dinâmica populacional e informacional gera novas centralidades e dinâmicas territoriais, onde a articulação e gestão regional são necessárias na compreensão das transformações urbanas e dilemas sociais e ambientais decorrentes dessa ocupação flutuante, numa interrelação mútua entre habitantes de municípios contíguos ou não em seus espaços de vida. Essa ocupação, contudo, diferencia-se da turística de curta permanência, bem como da residência fixa, pelos vínculos que estabelece com o território, demandas de infraestrutura, impactos ambientais e alterações nos modos de vida e no habitar.

3.1. Quando tudo começou: o parcelamento do solo e sua relação com a dispersão urbana na orla de Maricá

Para Holzer (2016) o parcelamento de terras pertencentes às grandes fazendas para utilização de veraneio constituiu o principal antecedente da urbanização dispersa em Maricá. Inicialmente, os incorporadores imobiliários teriam a intenção de atrair a classe média que se deslocaria de automóvel para o trabalho. Porém, muitos desses lotes não são ocupados, seja por características socioeconômicas dos proprietários, pela escassez de infraestrutura e sistema de transportes que favoreçam a locomoção diária ao núcleo metropolitano ou ainda por problemas de alagamento e risco ambiental encontrados nessas áreas.

O parcelamento do solo remonta ao período colonial, onde o Governador do Estado doou uma grande gleba de terras com aproximadamente 1.750 alqueires, que abrangia toda a faixa litorânea de Maricá, desde o Alto Moirão, em Itaipuaçu, até Ponta Negra, além do território chamado na época de Bassuin ou Baçaí, incluindo áreas de brejo e lagoas, aos Beneditinos em 1635 que ali construíram a Fazenda São Bento da Lagoa e que deu origem a diversos bairros de Maricá, incluindo a área onde hoje situa-se a APA de Maricá. Em 1913 a fazenda foi vendida ao coronel Joaquim Mariano de Castro Junior e posteriormente, em 1943, à Companhia Vidreira do Brasil - COVIBRA, que tinha como sócio majoritário o industrial português José Thomé Feteira, responsável pelo parcelamento de grandes glebas de terrenos no município para a implantação de loteamentos como o Jardim Atlântico situado em Itaipuaçu.

O loteamento, realizado pela empresa COMINAT SA, foi o segundo maior da América Latina, previsto para ter aproximadamente 8,5 km de praia, 24.000 lotes, 200 ruas e 622 quadras, contando, porém, com precária rede de infraestrutura urbana a cargo da gestão municipal à época de sua implantação (figura 2).



Figura 2 - Projeto do Loteamento Jardim Atlântico em Itaipuaçu na década de 1940. (fonte: Arquivo Nacional, sem data).

Porém, sua ocupação, bem como a de outros loteamentos realizados ao longo das orlas das praias e lagoas se deu de maneira muito gradativa, o que gerou vazios urbanos ocasionados pela

ocupação esparsa. Na década de 1970 eram poucos os lotes ocupados, conforme pode-se observar na figura 3.



Figura 3 - Loteamento Jardim Atlântico na década de 1970. (fonte: COMINAT, sem data).

Esse quadro ainda se mantém, ou seja, ainda há um grande estoque de terrenos vazios localizados de maneira dispersa pelo município, ao mesmo tempo em que novos e grandiosos loteamentos fechados são lançados pelo mercado imobiliário sob a promessa de uma vida tranquila, com segurança, lazer exclusivo e proximidade do centro metropolitano.

A porção sul do município, próxima às orlas das praias e lagoas é ocupada pelo turismo sol e mar a partir da década de 1980. Com a duplicação da RJ-106 na década de 1990, há nova procura por loteamentos para residência pela proximidade de acesso ao Rio de Janeiro e Niterói, bem como pelas paisagens e melhores condições de segurança, gerando um boom imobiliário, “[...] potencial este auferido pelo Atlas do Mercado Brasileiro como elemento dinamizador, classificando o município como a segunda cidade mais dinâmica entre as noventa e duas cidades do estado”. (OLIVEIRA, 2005, p.42)

Essa inversão apontada por Oliveira (2005), ou seja, da capital em direção a Maricá, motivada por diversos fatores, entre eles a violência no Rio de Janeiro, a busca por melhor qualidade de vida e os custos, aumenta também a busca por residências fixas no município, mantendo-se, contudo, o vínculo com a metrópole através de intenso movimento pendular. Há, assim, certo espelhamento nas cidades médias como Maricá, de modos de vida metropolitanos associados a ideia de segurança e proximidade com a natureza que impulsionam o mercado imobiliário de loteamentos fechados e condomínios, tanto edifícios, quanto de lotes.

O custo da terra não é, porém, o determinante no processo de dispersão urbana do município, onde as escolhas seguem por caminhos subjetivos relacionados a um utópico lugar seguro, com ampla rede de lazer e serviços, bem como com atributos paisagísticos diferenciados. O mercado imobiliário optou e ainda opta por lotear áreas mais distantes dos núcleos urbanos consolidados para fins de habitação de estratos altos e médios da população que acessam o Rio de Janeiro de automóvel e seriam atraídos por ideais de qualidade de vida e contato com a natureza, bem como aproveitariam para fugir do estresse e violência da capital.

A ocupação destes lotes remanescentes de loteamentos abertos gera uma maior densidade em áreas mais centrais, próximas de comércio e vias de acesso. Porém, nem sempre dotadas de infraestrutura e muitas vezes com problemas de riscos ambientais e alagamentos (ver figura 4), estas áreas acabam tornando a ocupação do município ainda mais polinucleada e dispersa.

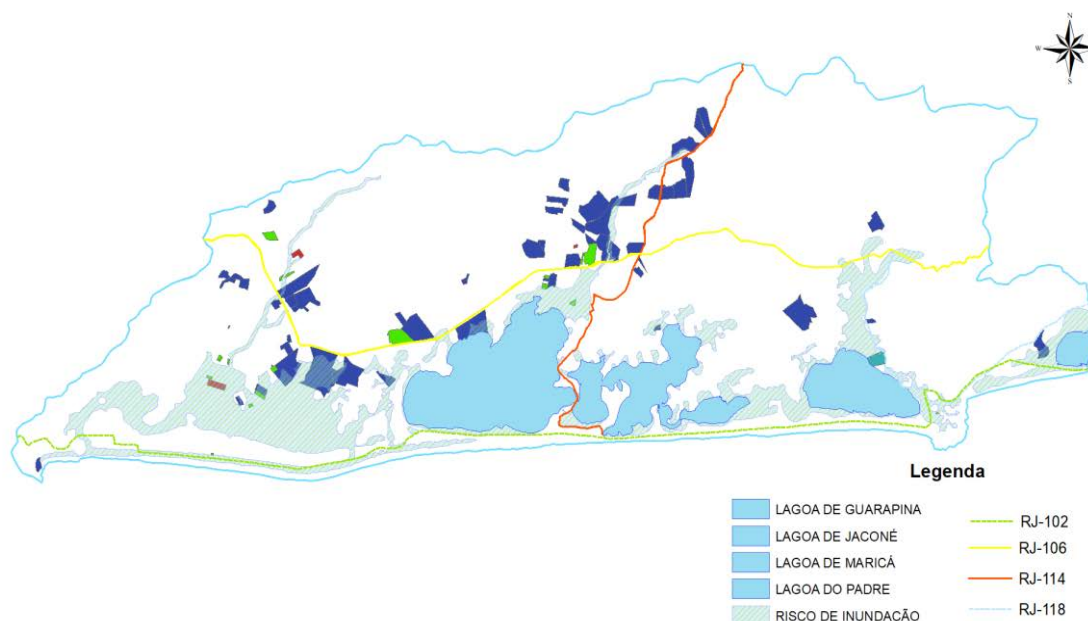


Figura 4 - Áreas com suscetibilidade a inundações x localização de loteamentos fechados. (Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do INEA e CPRM, 2022).

O mapa acima aponta que grande parte da orla das praias e lagoas de Maricá, embora apresentem grande beleza cênica, não apresentam sistema de drenagem suficiente para amenizar o risco de inundações e alagamentos em vias e lotes. Essa característica fez com que muitos desses lotes fossem abandonados antes mesmo de serem construídos, gerando grandes vazios. Eles somente foram ocupados quando o valor da terra foi reduzido e as condições de acesso melhoradas, ainda que até hoje sofram com problemas de drenagem.

3.2. Do horror ao desejo: a construção da paisagem litorânea em Maricá

As paisagens, para além do olhar, revelam “[...] a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social.” (DARDEL, 2015, p.32). Assim, a paisagem apresenta-se como manifestação sensível de determinado espaço, onde diversas escalas temporais coexistem e onde há uma relação recíproca (nem sempre pacífica) entre homem e ambiente, que Dardel (2015) chamou de *geograficidade (géographicité)*.

Essa *geograficidade* do litoral maricaense é traçada através das narrativas sobre seus habitantes e os rumos da ocupação no município. Essas narrativas, cheias de contradições e conflitos, partem de vozes de entidades governamentais, não governamentais, pesquisadores, mídias locais e lideranças comunitárias, compondo o imaginário em torno da paisagem litorânea no município. Aqui, nos deteremos principalmente em dois atores sociais: os pescadores e o mercado imobiliário, em sua multitemporalidade, onde suas narrativas em relação à natureza e à ocupação do território expressam duas éticas e estéticas em relação à paisagem: uma mais romântica e idealizada da “natureza intocada” e outra, mais racionalista, onde predominam os valores modernistas do homem-máquina e da sustentabilidade tecnológica associados ao contexto atual de Estado mínimo, com privatização das áreas de proteção ambiental e consequente gentrificação causada pelo aumento do custo de vida nas áreas modernizadas pelo mercado privado.

As narrativas que cercam o mar e as populações que habitam a costa e suas transformações nos ajudam a compreender o habitar o litoral e as transformações do ambiente decorrente das ocupações, sejam elas temporárias ou não. Espaço tão disputado, tanto por aqueles que necessitam de seus recursos naturais para sua subsistência como por aqueles que desejam usufruir da proximidade da natureza como bem de consumo, os mais de 20 km de orla entre

Itaipuaçu e Guaratiba nos revelam uma dispersão urbana que não foi impulsionada nem pela melhoria dos acessos proporcionada pelos sistemas de transportes e infraestrutura ferroviária e rodoviária, nem mesmo pela atratividade que o Pré-Sal trouxe em termos de promessas de emprego e renda em áreas próximas de gasodutos e oleodutos da Petrobrás, mas sim por um imaginário construído historicamente em torno do lazer de sol e mar.

Desta maneira, para tratarmos da paisagem litorânea de Maricá, precisamos nos remeter a outros tempos, no intuito de buscar a essência ou, para utilizar os termos de Norberg-Schulz (1980), o espírito do lugar, aquilo que faz desta área tão atrativa, apesar de todas as dificuldades que suas características geofísicas trazem para a ocupação humana. Do horror ao desejo, parece ter sido o caminho de sua lenta e dispersa ocupação.

Desde os sambaquis da Tradição Itaipu, datados de 4.000 anos A.P., que os pescadores parecem habitar o litoral de Maricá, sendo, possivelmente, os antecessores dos indígenas com os quais os portugueses se depararam.

Cauquelin (2007) destaca a mudança na visão de mundo ensejada pela perspectiva, onde a natureza passa a ser ordenada e enquadrada num certo contexto cultural. Assim como ela, Holzer (1998) observa a contribuição da pintura de cavalete e dos cadernos de viagens dos cronistas durante as grandes navegações do século XVI para a mudança ontológica estabelecida pela paisagem.

Como nos lembra Holzer (1998), os povos originários que ocuparam o Brasil não nos deixaram relatos escritos, portanto, o que conhecemos deles vem a partir de narrativas estrangeiras, de artefatos e da paisagem, de onde tentamos extrair fragmentos de diferentes temporalidades. A memória, então, serve de material para o reconhecimento do habitar desses ocupantes ao longo do tempo, atualizada, ainda que de maneira fracionada e, porque não dizer, de certa forma também, colonizadora, visto que contada a partir de uma autora de descendência portuguesa.

Os Tupinambás constituíam a principal etnia de língua tupi que habitava as zonas de laguna e enseadas da capital com uma população variando entre 500 e 3.000 indígenas, ocupando cerca de 500 km de litoral e parte florestada. Exímios pescadores e condutores de canoas, seguiram o trajeto pelo litoral, fugindo dos portugueses durante a Guerra dos Tamoios, em 1565, percorrendo um breve percurso do território maricaense, desde a Serra da Tiririca em Itaipuaçu, seguindo para São José do Imbassaí, Zacarias e alcançando a Barra de Maricá. Passaram ainda por Guaratiba, Cordeirinho, Ponta Negra, Jaconé e demais municípios até chegar à região de Cabo Frio, onde existiam aliados franceses.

Como observado por Holzer (1998), foi necessário tempo para que os ocupantes do Novo Mundo conseguissem organizar esquemas mentais para descrever tudo o que viam e, como nomear é tomar posse, foram nomeando tudo o que seus olhos viam até que estes nomes constituíssem, pouco a pouco, as novas paisagens. A imagem de outros mundos começa, então, a se delinear como o “espelho da realidade”, retratada nos diários de viagens, cartas e mapas.

Staden (2011), em suas viagens ao Brasil, realiza relatos de memória, detalhando as paisagens por onde passa com riqueza de detalhes, acredita-se, por uma questão de sobrevivência, pela necessidade de orientar-se espacialmente. Seus relatos e pormenores sobre os rituais antropofágicos dos índios tupinambás contribuíram para construir uma visão negativa das populações que habitavam o litoral do Brasil à época e, de certa forma, justificar sua catequese, escravidão e aniquilação pelos portugueses com a dominação do território e expulsão dos franceses.

Para Holzer (1998), apesar da diversidade de relatos de viajantes que por aqui estiveram, como Vespúcio, Staden, Léry e Thevet, do século XVI ao XVIII nossas paisagens foram constituídas exclusivamente a partir dos padrões portugueses, pois eles, diferentemente dos viajantes de outros países, estabeleceram-se por mais tempo aqui, tornando-se conhecedores da fauna, flora e costumes a partir de sua experiência. Assim, como exemplos dessa narrativa do “espaço vivido”

o autor destaca os relatos dos jesuítas Fernão Cardim de 1583 a 1590 e José de Anchieta, entre 1553 e 1597, quando da sua morte, bem como o senhor de engenho Gabriel Soares de Souza de 1569 a 1583.

Cardim (1925), demonstra sua estranheza diante dos costumes dos habitantes que aqui estavam nos seus costumes, porém, sem estabelecer uma narrativa pejorativa, mas, ao que parece, tentando entender o que via a fim de transmitir a Portugal. Assim, a paisagem vai se construindo à maneira portuguesa, sob uma certa estética e enquadramento. Ele detalha as casas indígenas, ocas de madeira cobertas de folhas, habitadas por cerca de duzentas pessoas com laços familiares, bem como suas habilidades como caçadores e pescadores.

José de Anchieta, ao chegar na costa brasileira, espanta-se com a beleza das paisagens e da quantidade de indígenas que ainda existiam à época. Quando, em 1584, José de Anchieta chegou às margens da Lagoa e realizou sua célebre pesca milagrosa, já existiam as sesmarias de Antônio Mariz, na região de São José do Imbassaí, e a de Manoel Teixeira, junto a Lagoa e uma grande quantidade de indígenas que habitavam a costa. Sua descrição dos Tupinambás, além da consideração de que suas “almas brancas” aguardavam a catequese para se iluminarem, enaltece suas habilidades, tanto na terra quanto na água ao mesmo tempo que demonstra a dificuldade do português em controlar e dominar essa população de caçadores nômades com hábitos antropofágicos.

Já os escritos de Gabriel Soares de Souza, português, senhor de engenho e proprietário de roças e fazendas no Estado da Bahia, relatando o que havia visto no Brasil em 1587, demonstram sua preocupação estratégica de tomada da costa e expulsão dos Tupinambás e Tamoiós, que ocupavam desde o Rio do Cabo de São Thomé até Angra dos Reis, sendo aliados dos franceses em Cabo Frio e inimigos dos Goitacazes e Goianases.

Sua preocupação em detalhar os costumes e habilidades indígenas consiste em alertar Portugal dos perigos a que estão sujeitos para a dominação da paisagem, posto que eles colaboraram com os franceses na extração extensiva do pau-brasil, o que ocorreu também pelos portugueses e corsários europeus a partir de 1511. Pode-se dizer que as narrativas de Souza (1851) contribuíram para o envio de Antônio Salema a Cabo Frio, conhecido por governar com mão-de-ferro e por exterminar muitos indígenas.

José de Anchieta teria registrado que eram mais de 100.000 os indígenas quando da chegada dos colonizadores, mas que, em 1585 este número havia se reduzido a 20.000. Essa

[...] redução da população indígena litorânea (quer seja por enfermidades ou por fuga ao interior) em 20% de seu número original em apenas 40 anos de colonização portuguesa [...] se justifica pela necessidade dos portugueses em submeter as características da terra e da população que aqui existia, aos parâmetros portugueses, conseguindo, com o extermínio dos indígenas, dominar as paisagens (HOLZER, 1998, 179).

A tomada da costa e imposição da cultura portuguesa se deu, num primeiro momento, reunindo os indígenas que se localizavam dispersos pelo território, em agrupamentos de aldeias próximas ao mar, onde podiam manter a pesca para facilitar sua catequização pelos jesuítas. Outros agrupamentos foram realizados em zonas de mata, a fim de manter a agricultura, mas todos a certa distância dos engenhos, a fim de evitar prejuízos ao cultivo e pecuária portugueses. No Rio de Janeiro, as aldeias de repartição localizavam-se do outro lado da Baía de Guanabara, São Lourenço (atual Niterói) a uma légua e São Barnabé (atual Itaboraí) a sete léguas. Desde então, a periferia ocupa lugar de destaque estratégico, servindo para a subsistência da capital, bem como para a proteção do domínio alcançado.

Os indígenas, além de perderem sua identidade, tinham sua paisagem tão transformada que já não conseguiam sobreviver sem o convívio com o homem branco. Em 1585 existiam oito casas jesuíticas no Brasil, onde havia um projeto de colonização da ordem religiosa bem delineado, a transformação do espaço visava tornar mais habitável aos costumes portugueses a terra

selvagem. Essas aldeias de repartição controladas pela igreja e autoridades civis se deram durante todo o período colonial.

Em 1617, os portugueses proibiram a pesca em todo o litoral desde Campos até Maricá, impedindo que os indígenas fossem capazes de obter o próprio mantimento, tornando, assim, mais fácil a missão de controlá-los. “Essas sociedades deixaram de ser livres e passaram a ser comunidades controladas cultural e espacialmente pelos portugueses, que a utilizariam como um meio eficaz de desarticulação de outros grupos indígenas do litoral (FREIRE & MALHEIROS, 1997, p.53).”

Esses dois movimentos de dominação da paisagem empreendidos pelos portugueses: a manutenção dos indígenas agrupados em espaços limitados e controlados pela igreja e a imposição da mudança de hábitos e de subsistência através da substituição da pesca pela agricultura e pecuária foram estratégias de planejamento do uso do solo que transformaram o habitat no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

Nos primeiros cem anos de colonização, passando pelo império e o início da república, os Beneditinos de Maricá constituíram o maior latifúndio do município, a Fazenda São Bento. Ao longo de 300 anos, a fazenda desenvolveu a atividade pecuária e agricultura em menor escala, onde grande parte dessa produção bovina era direcionada ao Rio de Janeiro. A difusão de plantas e animais, bem como a introdução da pecuária foram decisivas para a transformação da paisagem pelos europeus à sua imagem e semelhança, o que foi minuciosamente descrito nos diários de diversos naturalistas que por aqui estiveram.

No século XIX, muitas ciências foram sistematizadas, onde os procedimentos metodológicos positivistas se afirmaram tanto nas ciências naturais, como nas humanas. Na época, governantes europeus tinham interesse em enviar expedições ao Brasil, então Reino Unido de Portugal e Algarves, por razões científicas e políticas.

Além de Charles Darwin, outros cientistas percorreram as terras maricaenses nesse mesmo período: John Luccok, Maximiliano Niuwied, Francis de Castelnau e Augustin de Saint Hilaire. Seus relatos de viagens e cadernos de campo impulsionaram a publicação de inúmeras revistas, o que rendeu ao mundo científico o conhecimento de um número expressivo de espécies da fauna e flora brasileira.

Em 1816, quando o botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire chegou à costa do Rio de Janeiro, de onde partiria em expedição para o interior de Minas Gerais, durante os anos de 1816 e 1822, período no qual a corte portuguesa estava instalada no país, na cidade do Rio de Janeiro, constatou essas mudanças nos hábitos e costumes indígenas, moldados pela colonização portuguesa.

A língua primitiva dos índios de S. Pedro foi, como já se viu, quase abolida da memória deles; vestem-se à moda portuguesa, tendo renunciado a seus antigos trajes [...] São alegres, de humor dócil, direitos e espirituais; mas sua preguiça é extrema; amam apaixonadamente a aguardente e nunca pensam no futuro. [...] os índios não são suscetíveis do mesmo progresso que nós; sua civilização ficará sempre imperfeita; eles têm necessidade de viver sob uma tutela protetora, e se, como é possível, não se pode proporcionar-lhes tal benefício, eles em breve terão desaparecido da superfície do Brasil e provavelmente de outras partes da América. (SAINT-HILAIRE, 1941, p.312-313).

Apesar de criticar os malefícios que a colonização causou no país, o autor apresenta um discurso sobre os habitantes euro centrado e colonialista, retratando os indígenas e a população que aqui residia como atrasados, preguiçosos, de origem criminoso e de má índole. Além das ideias de caos e a desrazão sobre o mar, as populações que habitam a costa são apresentadas muitas vezes com imagens repulsivas, alusivas à preguiça, ao atraso e à monotonia. É assim a imagem-natureza desenha mundos para aqueles que viajam e vão, pouco a pouco, constituindo a identidade dos lugares.

Unkel (1987), etnólogo alemão nascido em 1883, que residiu com os indígenas brasileiros por 40 anos, conhecia as pressões provocadas pela expulsão dos indígenas de suas terras a oeste, pois, além da colonização e das epidemias, a cosmologia Guarani implicava em buscar a *Yvy Maraey*, a terra onde nada tem fim, de *Yvy* = terra e *Maraey* = que não se acaba, que não adocece. E assim parece ter surgido a lenda da busca da Terra sem Mal através do litoral, depois adentrando a serra do mar, sempre de oeste para leste, tanto que os atos religiosos e as casas de reza (*Opy*) devem estar voltadas para o leste, para o nascer do sol, uma vez que simbolizam o bem. Essa realidade é questionada por alguns historiadores atuais, mas que, como narrativa indígena, contribuiu para a formação de um imaginário tão forte que permaneceu nos relatos de fuga dos Guarany-Mbyá que habitam em São José do Imbassá desde a sua expulsão de Camboinhas, em Niterói. E que influenciou o nome do empreendimento ali projetado pela IDB Brasil intitulado MARAEY, constituindo parte importante da constituição do imaginário e da paisagem sobre o território maricaense.

No século XX, durante o governo Vargas (1930-1945), o projeto de saneamento urbano empreendido na capital por Pereira Passos, Eng. Paulo de Frontin e Oswaldo Cruz chega a Baixada Litorânea e ao complexo lagunar de Maricá.

[...] quer dizer, uma considerável extensão desse “deserto de lagunas e pântanos” onde, vítimas do “insulamento”, da “estagnação”, dos “complexos hereditários” e das “rotinas seculares”, viviam os muxangos. No seu confronto com a paisagem, esses caipiras da restinga tinham ido, na expressão de Lamego Filho, até onde podiam. Cabia ao governo valorizar esse “capital humano” por meio de um projeto “civilizador”, do qual fizeram parte, com o saneamento, as colônias de pesca. Era este o processo em curso, ao final dos anos 1940, em Maricá. Com ele se configuraram essas “colônias-de-água-parada”, verdadeiras reduções em que foram agrupados os pescadores das lagoas litorâneas. (MELLO & VOGEL, 2017, p.148).

Lamego (1946), geógrafo e geólogo brasileiro, em sua obra *O homem e a restinga*, demonstra através de dados, a importância econômica da pesca para Maricá no ano de 1940. Apesar de possuir apenas 200 pescadores cadastrados na Confederação Geral dos Pescadores do Brasil à época, sua produção, em quilos de peixe, supera a de Cabo Frio, Angra e Itacuruçá, com 1200, 1460 e 1300 pescadores cadastrados, respectivamente. Porém, a produção pesqueira da região visava o abastecimento da capital, não servindo para melhorar as condições de vida dos habitantes locais.

Os habitantes das margens do lago de Saquarema e em particular os da restinga, são todos pescadores. Pescam no lago e no mar, salgam os peixes, deixamos secar e vendem-nos no Rio de Janeiro. Como sua extrema pobreza apenas permite que disponham de canoas, e sendo a costa muito difícil mesmo às embarcações maiores, os transportes são sempre feitos por terra. Vai-se de Saquarema a Maricá e daí a S. Domingos, de onde se embarca para atravessar a baía. (SAINT-HILAIRE, 1941, p.278)

Os “descampados litorâneos”, como Lamego (1946) chama os pescadores da restinga, desde o séc. XVI são caracterizados como atrasados, espécie de “Jeca Tatu”, sem ambições e sobreviventes de uma área inóspita, com grandes e visadas riquezas em termos paisagísticos.

Não foi o rio e sim a restinga que notabilizou Maricá. Embora sejam 200 os pescadores da sua colônia, parcela mínima entre os 9000 das 17 colônias de pesca do Estado do Rio na década de 1940, a tonelagem de peixe dali anualmente exportada para o Entreposto do Rio de Janeiro iguala um terço do total de todas as pescarias na costa fluminense. Quase dois mil contos rendeu a sua produção em 1940. Foi a restinga que, aprisionando a laguna piscosa e criando um meio hostil e inadaptável a cultura, treinou esses gigantes do mar nas praias da Maricá. (LAMEGO, 1946, p.101)

Já conhecido pelos pescadores, a periodização do ciclo anual da lagoa, em regime de enchentes, reflete em variações de salinidade, conforme o regime de chuvas, onde proliferam os brejos e as poças, mas que também proporcionava uma ampla gama de espécies de peixes, bem como camarões com a troca das águas do mar.

Houve um tempo em que a comunicação das águas da lagoa com o mar se fazia através de uma barra, rompendo-se o cordão litorâneo entre o Lago Grande e o oceano, na altura da atual enseada de Zacarias. O sangradouro que, historicamente, abriam os pescadores, por sua vez, seccionava a restinga, entre o mar e a lagoa, junto ao povoado de Barra de Maricá, que dele tirava nome e proveito. Desse sangradouro, a lagoa antiga obtinha seu peculiar equilíbrio hidrobiológico. (MELLO & VOGEL, 2017, p.235).

A simplicidade dos habitantes contrasta com a abundância da pesca e opulência e beleza da paisagem, que sempre chamaram a atenção: primeiro, dos conquistadores e jesuítas europeus durante os séculos XVI e XVII; depois dos cientistas no século XVIII e XIX; seguidos do mercado imobiliário focado no turismo de sol e mar no século XX e, finalmente, nos *resorts* “sustentáveis” no século XXI.

Os séculos XX e XXI engendram, então, o que aqui chamamos de estética da paisagem e é a partir disso que a ocupação dispersa das orlas das praias e lagoas de Maricá, mais especificamente em Itaipuaçu e na localidade onde situa-se a APA Maricá, se deu, ou seja, a partir de determinados recortes da natureza, segundo critérios estabelecidos pelo imaginário moderno, onde o atraso, a lentidão e o vernacular devem ser abolidos em prol de narrativas em torno da modernidade, sustentabilidade (essa bastante questionável) e bem estar.

3.3. *Natureza para quem? a disputa pela paisagem na APA de Maricá*

A paisagem, em termos estéticos, apresenta-se como a imagem de coisas naturais apreendidas sensivelmente segundo determinados critérios de apreciação, ou seja, uma delimitação do mundo natural, um fragmento captado para a fruição de quem o aprecia, quer seja pelos artistas que começam a utilizar as orlas como motivo de suas pinturas, quer seja, pelo mercado imobiliário, como amenidades comercializáveis.

Para o geógrafo, a laguna desse modo originada oferece elementos notáveis para estudos humanos em sua coletividade de pescadores, uma das mais ativas e mais produtivas do Brasil, bem como também lhe expõe um campo aberto em suas varjarias, onde as ricas aluviões se cobriram de pastagens e de canaviais com seus engenhos de açúcar e de aguardente. Para o artista, porém, a Maricá é a laguna de amplidões tranquilas, misteriosas na neblina ou resplandecentes sob o sol, e sobretudo a laguna dos recantos solitários e silenciosos, esquisitamente recortados outrora pelas ondas e que a restinga encarcerou, retalhando-a em cenários amáveis e dignos da delicadeza dos pincéis dos mestres. (LAMEGO, 1948, p.1411)

Utilizando-se da paisagem das orlas de praia e lagoa e da restinga como estética são projetados os dois grandes empreendimentos para a região onde se localiza a APA Maricá: a Cidade São Bento da Lagoa, de propriedade de José Thomé Feteira, na década de 1970; e o *Paradise Lifestyle Maraey*, de propriedade da IDB Brasil, em processo judicial desde a década de 2000.

Segundo relatos dos pescadores de Zacarias coletados por Mello & Vogel (2017), um casal teria ido a cavalo conhecer as terras da restinga na década de 1940, dizendo aos moradores locais que havia comprado aquelas terras junto com a Fazenda São Bento, mas que eles não deveriam se preocupar, pois nada aconteceria àquela comunidade, uma vez que se situava em área de restinga, na época, de difícil acesso e com problemas sanitários.

Na década de 1970 a implantação das rodovias seguia em ritmo acelerado. O Globo, em 28/11/1972, apresenta a seguinte notícia: “Governo fluminense acelera a implantação de rodovias” sob o lema “governar é abrir estradas”. Segundo o editorial, o ponto alto do programa é a abertura da Rodovia Litorânea, ligando Niterói a Rio das Ostras através dos 140 km da costa, já apontando a tendência que se confirmaria posteriormente, ao uso da orla para o turismo de sol e mar na região.

Em 1972, José Thomé Feteira, o mesmo proprietário que loteou o Jardim Atlântico e que provavelmente visitou Zacarias a cavalo, deu entrada na Prefeitura para aprovação de um projeto de parcelamento intitulado Cidade São Bento da Lagoa na área onde hoje se situa a APA de Maricá, sendo este recusado por problemas de ordem ambiental. Na edição de fevereiro da

Módulo (1975), revista especializada na área de arquitetura e urbanismo, o projeto de autoria de Maria Elisa Costa e Eduardo Sobral, sob a consultoria de Lucio Costa, pai e sogro dos autores, respectivamente, é inserido em sua íntegra, sob a seguinte apresentação:

Seguindo de Niterói pelo litoral, rumo a leste, observa-se, de helicóptero ou da leitura de cartas geográficas de parcelamento de terra, a presença monótona de loteamentos mesquinhos, a maioria não habitados e carentes de serviços públicos de qualquer significado, em sucessão ininterrupta, ao longo de mais de 20km de praias cujas beleza natural é, entretanto, por todos reconhecida e louvada. São terras perdidas, pelo menos por nossa geração, seja para o lazer ou residir condignos, glebas perdidas para o urbanismo do nosso tempo de vez que pertencem atualmente a mais de 10.000 proprietários individuais. Subitamente surge uma pausa, a um tempo natural e singular: uma faixa de terra se espria, longa de 8 km, à beira mar, numa espécie de arremate da Lagoa de Maricá. (MÓDULO, 1975, p.65)

O texto chama a atenção, tanto pela proximidade e relação com Niterói, quanto pela descrição de Itaipuaçu e o loteamento Jardim Atlântico, realizado pela Covibra (também de propriedade do Sr. José Thomé Feteira como vimos anteriormente) como monótono, posto que na década de 1970 a maioria de seus lotes encontrava-se desocupado e havia, de fato, pouca infraestrutura urbana. A área da APA é apresentada como de natureza singular, quase como um oásis, entre o mar e a lagoa. Os habitantes de então são completamente obscurecidos, como se tratasse de território vazio. “Oriunda de sesmaria concedida aos monges da Ordem de São Bento, manteve-se até o presente una e apenas ocupada pela flor natural de beira-mar” (MÓDULO, 1975, p.66).

Outro ponto a se destacar é como a natureza é apresentada apenas como algo belo a ser apreciado, não havendo maiores detalhes sobre especificidades da fauna e flora locais. O editorial também ressalta o fácil acesso à região litorânea proporcionado pela construção da Ponte Rio-Niterói e da BR-101, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e vislumbrado no projeto da Rodovia Litorânea ligando Niterói a Rio das Ostras.

O projeto segue os preceitos modernistas de projeto urbano: no núcleo, dois conjuntos de blocos com 15 pavimentos, estacionamentos em seu interior e praça ao centro; conjuntos de edifícios de 22, 10 e 2 pavimentos com usos residencial, comercial e de lazer voltados ora para a praia, ora para a lagoa, além de hotéis, restaurantes, calçadão e uma grande variedade de amenidades voltadas ao bem estar do turista. A proposta era a de “edificar a cidade a partir de núcleos de fim de semana e veraneio” (MÓDULO, 1975, p.70). Além das edificações, a praça, uma capela e passeio público são pensados para trazer aconchego e familiaridade ao projeto.

O planejamento urbano utópico moderno vem para “salvar” a população cidadina. Com apelo em torno do contato com a natureza e da tranquilidade, ambos deficientes nas grandes metrópoles, a dispersão para as cidades litorâneas, entre elas Maricá, é colocada como a antítese da aglomeração sufocante da cidade, nos lembrando dos efeitos maléficis que a Escola de Chicago já verificava nos grandes centros dos Estados Unidos.

O principal atrativo do projeto Cidade São Bento da Lagoa é a paisagem, uma amenidade incluída no plano de negócios do empreendedor. “Havia necessidade de oferecer desde logo ao primeiro público - o *weekender*, o veranista - os predicados naturais mais óbvios do terreno, como a beira-mar, o bordo da lagoa e as encostas dos morros, como forma poderosa de atrativo [...]” (MÓDULO, 1975, p.71).

Coincidentemente ou não, na época há uma grande mortandade de peixes na lagoa de Maricá, sendo decretado estado de calamidade pelo então prefeito Odenir Francisco da Costa e aberto o canal da Barra para permitir o saneamento e a renovação das águas, bem como a entrada de alevinos para um novo ciclo de pesca, prejudicada pela alta temperatura das águas e mortandade de 84 toneladas de peixes. Em notícia do Jornal do Brasil de 24/01/1975, o órgão responsável à época SUDEPE, desconsiderou a urbanização como causa em Maricá, embora fenômeno semelhante tenha ocorrido nas cidades de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia no mesmo período.

Com o título Maricá: longe do barulho, perto do Rio, o jornal O Globo de 02/11/1978 chama a atenção para o turismo da Região dos Lagos, especialmente para Maricá, por ser próxima ao Rio e “rica em belezas naturais” preservadas. Uma fotografia da praia ocupada por barracas de camping e automóveis estacionados marca a imagem do turismo de veraneio rumo à Região dos Lagos empreendida na década de 1980.

O fato é notório: poucos conhecem a real extensão litorânea de Maricá. Muitos imaginam, mesmo, que a cidade se restrinja à sua sede, onde uma igreja, um pedaço de lagoa de Maricá (Araçatiba) e um clima predominantemente interiorano, basicamente, são os elementos principais. [...] A faixa litorânea de Maricá, para quem não sabe, é uma das maiores do Estado. [...] Em todas, prevalecem aspecto selvagem e – muito cuidado – fortes ondas.

É no remanso, porém, que o litoral de Maricá começa, mais exatamente na Ponta de Itacoatiara, em Itaipuaçu, onde a pesca é um misto de predileção e profissionalismo. Peixes-porcos, pampas, anchovas, xereletes e às vezes cações e arraias povoam sem cerimônia o mar de Itaipuaçu. (O Globo, 22/10/1987, p.6)

Há, nitidamente, um projeto de disseminar o “turismo de sol e mar” por todo o litoral que ia de Niterói até Rio das Ostras, coincidindo com o avanço do mercado imobiliário nas décadas de 1980 e 1990 voltado ao turismo de segunda residência em Maricá. Contudo, o turismo de sol e mar, tendência estimulada desde a década de 1970, transformou-se pois, agora, além de ocupar as praias e orlas de lagoas para diferentes práticas de esportes e lazer, a contemplação estética da natureza tornou-se um grande atrativo na implantação de *resorts* de luxo situados em unidades de conservação, algo que já ocorre nas Áreas de Proteção Ambiental - APAs de Maricá, e do Pau Brasil nas localidades do Perú, em Cabo Frio e Tucuns, em Búzios, ambas situadas em trechos de restinga (FREIRE et al, 2009).

Em outubro de 1978, técnicos da FUNDREM constataram a execução, pela empresa loteadora, de obras de terraplanagem na área, incluindo desmontes, aterros e retiradas de vegetação nativa em vários pontos da restinga. Após a reprovação do projeto por conta dos danos ambientais, em 1983 o Sr Feteira ainda encaminhou novo projeto à FEEMA, intitulado Cidade Feteira com o mesmo objetivo, sendo este também rejeitado pelos mesmos problemas.

Em 2006 a Fazenda São Bento da Lagoa é adquirida pelo grupo espanhol da IDB Brasil, mais uma vez tornando-se território de disputa e ensejando diferentes narrativas. Prometendo um “Paraíso na Terra” o empreendimento *Maraey*, de propriedade da IDB Brasil e inspirado na lenda indígena da busca da Terra Sem Mal dos povos guaranis “*Yvy Mara Ey*”, também pretende ocupar a área da APA Maricá encontrando-se sob intensa disputa judicial com projeto de parcelamento para construção de complexo turístico-residencial intitulado *Paradise Lifestyle Maraey* sob forte apelo simbólica em seu material de divulgação em torno da qualidade de vida, sustentabilidade, comodidades e exclusividade sob a alcunha de “Nosso Paraíso na Terra”.

Destinado à classe alta com clube exclusivo e privatização da APA Maricá, com fechamento subsequente da orla das praias neste trecho e remanejamento de comunidades tradicionais locais, o projeto é dividido em seis subgrupos: turismo, natureza e esporte, residencial, cultura e serviços. No turismo, foi projetada grande rede de hotéis voltados a diferentes perfis de público, todos nas orlas da praia e lagoa, conforme figura 5.



Figura 5 – *Masterplan do Maraey*. (fonte: INEA, 2013).

E é desta maneira que os loteamentos e *resorts* projetados na orla oferecem ao turista ou futuro morador, uma promessa de bem-estar associada à paisagem. E é assim que edificações projetadas para facilitar a fruição estética da natureza, de maneira controlada, fragmentada e “segura”, pretendem o enclausuramento da aldeia indígena em São José do Imbassai e da colônia de pescadores de Zacarias, além do cerceamento no uso e apropriação da paisagem pela população em geral.

A transformação da paisagem se dá, desde o início, através da apropriação da língua guarani, tanto no nome do empreendimento, quanto no nome dos diferentes *resorts* instalados para os turistas, onde a paisagem é o elemento chave de atração, como se percebe: Hotel *Tembey* - costas - resort situado à beira mar; *Yvyra* - floresta - resort situado no centro da reserva natural e *Yno ovu* - pântano - resort entre o mar e a lagoa com vista para a serra. Há, ainda, o *Resort Kuaa* - saber - destinado a convenções.

As edificações residenciais, multifamiliares de baixa densidade ou unifamiliares, destinam-se a público de alto poder aquisitivo, onde o processo de gentrificação causado pela entrada desses moradores, quer seja de primeira ou de segunda residência, deve ser levado em consideração. Mais uma vez, a beleza das paisagens, a tranquilidade e a segurança são os elementos charmarizes do projeto, onde a natureza deve ser contemplada como cenário.

Apesar de reconhecer a importância da fauna e flora da restinga, com a implantação do *Maraey* a APA maricá será transformada numa RPPN, local com acesso fechado à população local, onde a comunidade pesqueira e os indígenas deverão subordinar-se às regras e limites impostos pelo proprietário, o que retira a circulação de água e espécies entre o mar e a lagoa, o que fragiliza a comunidade de Zacarias que vive da pesca artesanal desde o século XVIII, conforme mapa do Mosteiro de São Bento datado de 1797, apresentado no livro *Gente das Areias* de Mello e Vogel (2017).

Em 2007, o professor Werther Holzer, em entrevista cedida ao Jornal *O Rebate* sob o título “A restinga de Maricá é nossa (ainda)”, já demonstrava preocupação com os impactos ambientais e sociais de um grande loteamento como o proposto pelo empreendimento *Maraey* na única área livre de restinga existente no município. Por existir um grande estoque de terrenos ainda vagos nos loteamentos existentes (de 100.000 a 150.000), caracterizando a urbanização extensiva de baixa densidade na maior parte dos bairros de Maricá, não haveria a necessidade de ocupar exatamente esta área, existindo lotes livres inclusive ao longo de orlas das praias e lagoas.

Além disso, Holzer observa que a possível geração de empregos com a construção do empreendimento teria prazo limitado e o município provavelmente não teria como absorver esta mão-de-obra criada. Mas, o mais grave seria a dragagem das lagoas, pois haveria diminuição

significativa do espelho d'água da lagoa, aumento no nível do mar e desestabilização da faixa arenosa da restinga, o que agravaria, ainda mais a situação da comunidade pesqueira, que já vem sendo drasticamente alterada pelo mercado imobiliário. Como solução proposta pelo pesquisador, poderia se estabelecer na área da restinga um parque estadual para fins de visitação, ensino e pesquisa sobre este bioma tão rico e raro. Além disso, a comunidade deveria receber uma delimitação coletiva de terras, resguardando-se a memória e os saberes desta comunidade como a pesca de galho, as comidas típicas, a construção de canoas, o traçado das redes e outros costumes passados oralmente por diversas gerações desde o século XVIII.

Em relação aos indígenas, embora ocupem o território há apenas nove anos, desde 2013, quando o então prefeito Washington Quaqué os convidou para ocupar a área de São José do Imbassai. Antes, essa população habitava uma área na Praia de Camboinhas, que, após incêndio criminoso em 2008, passou a ser chamada de *Tekoa Mbo'yty* (Aldeia da Semente), localizada em área de restinga com histórico de ocupação de sambaquis. Guardando a memória ancestral e alguns costumes da cultura guarani, eles lutam para a preservação da aldeia, mais uma vez situada em local visado pela especulação imobiliária.

A aldeia Mata Verde Bonita - *Tekoa Ka'Aguy Ovy Porã*, localizada no bairro de São José do Imbassai na parte leste da APA Maricá também será uma das áreas fortemente impactadas pelo empreendimento Maraey, pois, a nosso ver, constitui singelo, mas importante fragmento cultural e identitário dos Guarany-Mbyá no município, conjuntamente com aquele situado no bairro de Itaipuaçu, na aldeia Céu Azul (*Tekoa Ara Hovy*).

Para os Guarani, o tema da destruição do mundo pelo dilúvio também é conhecido. Para eles, *Nanderuvuçu* desce a terra e exorta *Guyrapoty* (flor de pássaro) a fazer uma dança pajelança para evitar que a terra se tornasse má. Porém, ao final de quatro anos, ouve-se um grande trovão e a terra desmorona de oeste para leste. Ao mesmo tempo, um fogo subterrâneo surge e devora o subsolo a partir da borda ocidental da terra. *Guyrapoty* caminha com seus filhos, então, de oeste para leste em direção ao longo da costa, deixando suas plantações e passando a viver do que ali se achava (UNKEL, 1987).

Segundo relatos colhidos na aldeia, quando se estabelece o local adequado, a Terra sem Mal, normalmente próximo de fonte de água e com boa terra para o plantio, a primeira construção a ser edificada é a casa de reza – *Opy* (figura 6), lugar de acesso mais reservado, não podendo ser visitado por brancos como eu por guardar a memória ancestral e ritualística dessa população. Toda a aldeia é edificada em torno da *Opy*, constituindo uma aldeia solar.

Na *Opy*, os xamãs dizem as “belas palavras” - *ayvu porã* - que os espíritos lhes transmitem em sonhos. Nela, os bebês recebem seus nomes, os doentes são curados, as sementes de milho são abençoadas antes de serem plantadas e onde, também, são realizados os funerais. Do que difere das casas de moradia, ela não tem paredes internas dividindo ambientes, nem janelas ou aberturas, sendo é totalmente vedada com barro para que espíritos indesejáveis não possam entrar e também para manter o calor em seu interior, pois na religião guarani, o suor que sai do corpo leva as coisas ruins. Além disso, a porta é colocada no sentido do pôr-do-sol por um viés religioso, uma vez que o sol leva os maus espíritos quando se põe.

Além de manterem a tradição em relação à ocupação do sítio e rituais religiosos, a aldeia mantém o idioma na escola local - português-guarani, a apropriação do sítio com plantação de espécies, conforme o calendário indígena, a localização das habitações (ver figura 7), o sistema de saneamento por raiz de bananeira e o uso de técnicas construtivas como a taipa de mão e o telhado de sapê executados de maneira coletiva pelos habitantes da aldeia, podendo ser considerada, desta forma, como construção vernacular, onde ser e mundo se entrelaçam na edificação da casa e no trabalho da terra.

Quando de nossa visita a campo, em 2017, existiam cerca de 70 pessoas habitando a aldeia. Além das profundas relações com o meio, o que constitui seu habitar em Maricá, os relatos dos indígenas nos indicam uma relação com o tempo onde a quadratura de Heidegger se impõe.

As coisas aqui (no poema) nomeadas, ou seja, evocadas, recolhem junto a si céu e terra, os mortais e os divinos. Os quatro são a unidade originária do ser em relação ao outro. As coisas deixam a quadratura dos quatro nelas perdurar. Esse deixar perdurar em reunindo é o que faz das coisas coisa. Mundo é o nome que damos à quadratura de céu e terra, mortais e divinos que perdura com unidade no fazer-se coisa das coisas. (HEIDEGGER, 2003, p.16)

Ser e mundo integram-se na paisagem, constituindo o habitar heideggeriano, o calendário de plantio, colheita, produção de cestaria, caminhadas até outras aldeias para visitas a parentes e transmissão de notícias, implantação no terreno e metodologia construtiva das edificações fazem parte da cosmologia guarani passada oralmente por muitas gerações, constituindo parte relevante da ancestralidade dessa população, algo que pode ser ameaçado com a delimitação de suas terras (e conseqüente limitação de suas vivências e deambulações pelo território) e inserção na área do *Resort Maraey*.

4. Conclusões

Buscando conhecer melhor o território e a urbanização do município, em 2017 iniciamos pesquisa sobre a constituição do município e sua inserção na região metropolitana. À medida que os estudos avançavam, percebeu-se que, tanto sua situação peculiar em termos identitários com a Região da Baixada Litorânea, ainda que juridicamente pertencendo à Região Metropolitana e a urbanização dispersa, polinucelada e de baixa densidade foi se delineando a partir dos loteamentos da década de 1940.

Esses loteamentos, por sua vez, foram sendo implantados em áreas sem infraestrutura e sujeitas a riscos ambientais, mas sempre localizados de maneira a extrair da paisagem o melhor cenário. Os projetos dos loteamentos Jardim Atlântico, Cidade São Bento da Lagoa e *Maraey* foram estudados por se caracterizarem de apropriações simbólicas de modelos de bem viver, conforme as utopias urbanas em vigência.

Assim, o Jardim Atlântico, pioneiro e ousado para a época, aposta na proximidade de Maricá com Niterói, nos esportes náuticos e banhos de mar, apreciados na década de 1940/1950. Já a Cidade São Bento da Lagoa, expressa o ideal da modernização segundo os preceitos da arquitetura moderna visando o turismo de sol e mar, moda em toda a região dos lagos, aliado à construção da Ponte Rio-Niterói e às melhores condições de acesso das rodovias na década de 1970/1980. Já o *Maraey*, aproveita-se do mote da sustentabilidade, apropriando-se de nomes do dicionário guarani para delimitar uma área que hoje é de uso irrestrito. Em todos estes, a paisagem vista como cenário da natureza chama a atenção, criando mundos para ver. O que se questiona no presente artigo é: para quem os ver.

A paisagem, compreendida como materialização dessa interrelação homem-meio nos mostra os rastros da ocupação humana nas transformações que engendra, construídas aqui através dos relatos. Por isso, demos voz aos agentes de sua transformação: aos pescadores, indígenas, religiosos, cronistas, naturalistas, pesquisadores, especialistas, organizações sociais voltadas a causas ambientais e mídia local numa tentativa de compreender a importância da APA de Maricá em termos não só ambientais, mas também sociais.

A força esmagadora do mercado imobiliário em seus loteamentos, desde a década de 1940 até os dias de hoje, forma identidades e ressignifica a paisagem através de uma releitura da “busca da terra sem mal”, dividindo opiniões inclusive entre os pescadores locais, daí a importância de dar vez e voz à eles.

5. Referências

- BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
- BRASIL. Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
- CARDIM, Fernão. Tratado da Terra e da Gente do Brasil: do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias. Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia, 1925.
- CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DARDEL, Eric. O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- FREIRE, Désirée Guichard; et al. Resistência à urbanização na restinga de Maricá – RJ: análise de um conflito. XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Brasília, 2009. p.1-14.
- FREIRE, José Ribamar Bessa & MALHEIROS, Márcia Fernanda. Aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- HEIDEGGER, Martin. A caminho da linguagem. São Paulo: Vozes, 2003.
- HOLZER, Werther. Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. Tese de doutorado (Geografia). São Paulo: USP, 1998.
- HOLZER, Werther. A urbanização dispersa e seu incremento pelo Programa “Minha casa, minha vida”: o caso de Maricá-RJ. Dispersão Urbana e Mobilidade Populacional, Volume 1, 2016. p. 71-90.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e a restinga. Biblioteca Geográfica Brasileira, n. II. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- MARANDOLA Jr, Eduardo & OJIMA, Ricardo. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. V. 14, Nº. 2, novembro, 2012. p.103-116.
- MARICÁ. Lei municipal nº 2.331, de 25 de maio de 2010. Estabelece o plano diretor setorial da área da restinga de Maricá, situado na APA de Maricá.
- MELLO, Marco Antônio da Silva & VOGEL, Arno. Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro – Maricá/RJ 1975 a 1995. Niterói: EDUFF, 2017.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius loci: towards a phenomenology of architecture. Nova York: Rizzoli, 1980.
- JORNAL DO BRASIL. 24/01/1975
- Jornal O Rebate. A Restinga de Maricá é nossa (ainda). 12 de setembro de 2007. Disponível em: <https://jornalrebate.com.br/noticias/132-inativos/edson-cherem>. Acesso em: 10 dez 2022.
- O GLOBO. 28/11/1972; 02/11/1978; 22/10/1987
- OJIMA, Ricardo Et al. Urbanização dispersa e mobilidade no contexto metropolitano de Natal: a dinâmica da população e a ampliação do espaço de vida. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), 2015. jan./abr., 7(1), p.9-20.
- OLIVEIRA, Mauricio Martins de. Do Rio a Maricá: estratégia e experiência do êxodo urbano no Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado (desenvolvimento e agricultura). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- REVISTA MÓDULO BRASIL. A Cidade de São Bento da Lagoa. Nº 40. Fev, 1975. p.65-71.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado do Ambiente. Comissão Estadual de Controle Ambiental. Deliberação Ceca/Cn N° 4.854, de 19 de Julho de 2007. Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental – Apa de Maricá.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto Estado N° 7.230 de 23 de janeiro de 1984. Cria Área de Proteção Ambiental na Região do Sistema Lagunar de Maricá.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto N° 40.909, de 17 de agosto de 2007. Dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – como unidade de conservação da natureza de proteção integral no território do Estado do Rio de Janeiro, estabelece critérios e procedimentos administrativos para a sua criação e estímulos e incentivos para a sua implementação.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. Coleção Brasiliana. 5ª série. Vol. 210. São Paulo; Rio; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941.

SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. Instituto Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851.

STADEN, Hans. Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2011.

UNKEL, Curt Nimuendaju. [1914]. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani. São Paulo: Hucitec, 1987.
